

“Curiosamente, os estados do Sudeste foram os menos transparentes, enquanto os do Norte foram os mais acessíveis”, relatou Ivana Moreira, da Abraji.


Jorge Hage defendeu que o projeto de lei seja o mais abrangente possível, incluindo todos os órgãos das três esferas da Federação. Mas reconheceu as resistências existentes nos governos estaduais e nas administrações municipais. “A situação dos estados e municípios é distinta da nossa. O Portal da Transparência reúne informações sobre gastos em compras, transferências feitas a governos, a cidadão que participam de programas sociais de transferências de renda. Alguns órgãos têm nos cobrado medidas capazes de estender esta política para outras esferas governamentais”, avaliou.

Para Cláudio Abramo, esta dificuldade de capilarizar iniciativas de transparência atinge também o Congresso. Isso pode fazer com que a tramitação do projeto de lei seja difícil. “O primeiro desafio que o projeto de lei exista. Depois disso, teremos aí uma dura batalha no Congresso para que ele seja aprovado”, prevê.

** Com informações da Agência Brasil e do Estado de S. Paulo*



Brasil, 03 de abril de 2009 - Última atualização 03/04/2009 - 14:00

[Página inicial](#) | [O Observatório](#) | [Links](#) | [Política de publicação](#) | [Denuncie](#) | [Boletins](#) | [Contato](#) | 

O Observatório é uma iniciativa do Intervozes - www.intervozes.org.br
Apoio Fundação Ford